ACÓRDÃO DA 2ª CAMARA	:	**AC02-G.MJMS-820/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/4874/2013
PROTOCOLO	:	1409299
ÓRGÃO	:	AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	:	1-MIRIAN APARECIDA PAULATTI 2-JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA NETO
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	1-EX-DIRETORA PRESIDENTE 2-DIRETORA PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO DE OBRA N° 07/2013
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I – EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA EM CAMPO GRANDE/MS. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E FORMALIZA-ÇÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE E REGU-LARIDADE.

É regular e legal a contratação de obra pública para realização de obras de infraestrutura urbana em sistema de abastecimento de água, pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais estando o procedimento licitatório e a formalização contratual em conformidade com a legislação de regência.

II – RELATÓRIO DA MATÉRIA

Cuida-se de Contratação Pública (Contrato de Obra nº 07/2013), pela modalidade de Tomada de Preços nº 07/2012, celebrado entre a ***Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul*** e a empresa ***LC Braga Incorporadora Consultoria e Engenharia LTDA.***, cujo objeto é a realização de obras de infraestrutura urbana no Bairro Jardim Marajoara, no Município de Campo Grande/MS, que compreendem: sistema de abastecimento de água, pavimentação asfáltica na Rua Marajoara e rede de drenagem de águas pluviais na Rua Marajoara e Rua do Patrocínio,

com valor contratual no montante de R$ 619.672,75 (seiscentos e dezenove mil seiscentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Aprecia-se, neste momento, o procedimento licitatório 1ª (fase) e a formalização contratual (2ª fase).

Em sede de Análise Processual –ANA-DEAMA-9704/2014 (peça n° 45), a Equipe Técnica da DEAMA constatou que a documentação juntada aos autos, tempestivamente, encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93.

Diante disso, a Equipe Técnica opinou:

*"(...) pela **REGULARIDADE** do presente processo no que se refere à Primeira Fase: o Procedimento Licitatório e a Segunda Fase: Formalização Contratual na forma do inciso I e II do art. 120, da Resolução Normativa n° 076/2013 (...)."*

Encaminhado os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o Parecer PAR-MPC -GAB.6 DR.TMV -11350/2014 (peça n° 46), opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento de contrato, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.

III – DO VOTO

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a legalidade e regularidade da 1ª e 2ª fases da contratação pública.

De fato, vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tanto no

tocante ao procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 07/2012 quanto à formalização do Contrato de Obra nº 07/2013.

Do mesmo modo, verifico que, até o presente momento, foram cumpridas as exigências regimentais e regulamentares quanto à remessa e tempestividade dos documentos juntados aos autos.

IV – A DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, na 10ª Sessão Ordinária da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**, proferida no dia 16 de junho de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **ACORDAM,** os Senhores Conselheiros, nos termos do relatório e voto da Conselheira Relatora em:

1) Declarar a ***regularidade*** e a ***legalidade*** do procedimento licitatório modalidade Tomada de Preços nº 07/2012 e da formalização do Contrato de Obra nº 07/2013, nos termos do art. 120, inciso I, alínea "a" e inciso II do mesmo dispositivo, ambos da Resolução

Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS);

2) Determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que, após, devem os autos serem encaminhados à inspetoria competente para análise da execução contratual (3ª fase).

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

V – Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves. Participaram do julgamento, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo. Presente o Representante do Ministério Público de Contas Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande – MS, 24 de junho de 2015.

Conselheira Marisa Serrano

Relatora

mmm